

A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES



CLÉCIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO NAKONECZNY

Graduação em PEDAGOGIA com licenciatura plena pela Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN (1998); Professora de Educação Infantil e Fundamental I na EMEI "Brigadeiro Eduardo Gomes".

RESUMO

Esta escrita deste artigo traz algumas considerações acerca Como hipótese, tecemos que a criança é moldável, adaptável e que se constrói a partir das suas interações. Desse modo, ela é um sujeito sócio-histórico dotado de peculiaridades e que, em contato com o meio, é impulsionada à aprendizagem. Conforme Piaget, a construção do conhecimento ocorre pela interação do indivíduo com o meio. Em relação ao papel da escola e da família no processo de aprendizagem, nossa hipótese é de que a família como a primeira educadora da criança, deva assisti-la, juntamente com a escola. Ambas têm papel fundamental, na construção do conhecimento infantil. Desde a Antiguidade, vários pensadores buscam entender o significado de infância. Nesse sentido, surgiram algumas concepções sobre a infância. Para o embasamento teórico deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas qualitativas acerca do tema abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Infância; Pedagógico

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a criança foi vista como um miniadulto e era abandonada pela sociedade e pela família. Ela não pertencia a nenhum grupo social, não tinha acesso à saúde e nem à disciplina; a criança era vista como um mero objeto a ser moldado.

Na Contemporaneidade, a concepção de infância passa por uma ação pedagógica que considera a criança como um ser social. Nesse processo, a criança passa a ser vista como um indivíduo e um sujeito histórico, com necessidades específicas.

Ainda, educar consiste em dialogar com o conhecimento de mundo trazido pelas crianças. Esse conhecimento, a criança traz de casa.

São saberes que ela adquire com a família e cabe ao educador conhecer e considerar as singularidades infantis promovendo, em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais, porque a criança é um ser total, completo e indivisível.

Entretanto, é a partir do século XVIII que as crianças começam a ser reconhecidas em suas particularidades e começam a ocupar um espaço maior no meio social. Desse modo, segundo Oliveira (2021), a criança passa a ser vista como um ser social, assumindo o seu papel nas relações familiares e na sociedade, tornando-se um indivíduo com características e necessidades próprias. Logo, no século XXI, a criança é vista como um ser pleno, cabendo, à ação pedagógica, reconhecer suas diferenças e estimular a sua criatividade e a sua imaginação.

A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

A infância é o período da vida em que o indivíduo começa a sentir, a pensar, a agir e a se relacionar. Pode-se dizer que é a fase da vida quando iniciam os aprendizados e as descobertas.

Desde a Antiguidade, vários pensadores buscam entender o significado de infância. Nesse sentido, surgiram várias concepções de infância.



Fonte: <https://oregional.net/unidades-de-educacao-infantil-de-cosmopolis-comemoram-o-dia-mundial-da-infancia-130990>. Acesso 06 mar. 2023.

Ghiraldelli Jr. (2001) cita duas concepções de infância: na primeira, a criança é caracterizada como um indivíduo inocente. Enquanto, na segunda, a criança é vista como um indivíduo que abrange uma série de particularidades, mas nunca a inocência e a bondade como características essenciais.

Até o século XVI, a criança era considerada um miniadulto e, abandonada pela sociedade e pela família, não pertencia a nenhum grupo social, não tinha acesso à saúde e nem à disciplina.

Segundo Ariès (1981), no período medieval, por exemplo, não havia sentimento em relação à infância. Nas palavras do autor:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (Ariès, 1981, p. 156).

Segundo o autor, com o passar do tempo, surge um sentimento pela infância denominado “paparicação”. Esse sentimento advém do fato da criança ser vista como ingênua, gentil e graciosa. Nesse sentido, a criança passa a ser uma distração para os adultos.



Fonte: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2017/09/28/alfabetizacao-precoce-na-educacao-infantil-fere-direito-a-infancia/>. Acesso 06 mar. 2023.

E, segundo Ariès (1981), outro sentimento relacionado à infância foi o de compreender a mente da criança, a fim de melhorar os métodos de educação. Esse sentimento surge a partir do século XVII e inspira toda a educação do século XX.

Nesse sentido, os adultos não viam mais a criança como um indivíduo divertido e agradável, ou seja, ela não era mais vista como uma distração para adultos e passou a ser vista como um mero objeto a ser moldado.

Assim, estudiosos buscam entender a mente da criança e a forma como ela desenvolve a aprendizagem, na era moderna. Desse modo, apresentam três abordagens: a behaviorista, a construtivista e a psicanalítica.

Segundo Damazio (1991), essas abordagens são propostas por Watson, Piaget e Freud. Na primeira abordagem, a criança é vista como moldável e adaptável; na segunda, o contato da criança

com o meio é o que a faz desenvolver sua aprendizagem. Na terceira, a criança é o resultado do inconsciente, do consciente e dos valores culturais.

Ainda, de acordo com Damazio (1991), a criança adquire o conhecimento a partir de duas teorias: a teoria do empirismo e a teoria do racionalismo. Enquanto, no empirismo, a criança é vista como um ser incompleto, sua mente é como uma página em branco e o conhecimento ocorre através da experiência, no racionalismo, a criança é vista como um pré-adulto que faz uso da razão.

Desse modo, observamos que, de acordo com o pensamento moderno, a criança é vista como um mero objeto, um ser passivo, uma miniatura de adulto.

Entre os séculos XVI e XVII, a criança passou a fazer parte do interesse dos adultos.

As famílias começam a apresentar interesse na educação das crianças. Nesse período, surge a denominada “família moderna”. Assim, a família começa a apresentar sentimentos afetivos e cuidados com as crianças, passando a ver a criança como um membro do núcleo familiar.

A partir do século XVI, a temática da infância tornou-se assunto de maior interesse dos muitos pesquisadores.

O tema infância ganhou ainda mais força quando as crianças começaram a frequentar a escola. O papel de educar passa a ser da escola e não da família. Segundo Andrade (2010), a partir do século XVI, surgem as instituições infantis.

A família é a primeira instituição, na vida de uma criança e, muitas vezes, se faz presente apenas no período de sua gestação como instituição.

O dever da família, na educação das crianças, é um tema muito discutido, há décadas, por professores, coordenadores pedagógicos, diretores e profissionais ligados à educação; há muitas controvérsias sobre esse assunto, pois muitos pais entendem a educação restrita somente ao espaço escolar.

A escola, como segunda instituição a fazer parte da vida das crianças, vem, por vezes, fazer o papel de família. De acordo com o Art. 227, da Constituição Federal do Brasil:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com a absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária (Brasil, 1988).

Desse modo, em acordo com a Constituição Brasileira (1988), a Educação Infantil passa a ser um dever do Estado e um direito da criança. Nesse sentido, a concepção de infância passa por uma ação pedagógica que considera a criança como um ser social.

Nesse processo, a criança torna-se um indivíduo com necessidades como um sujeito histórico, ou seja, a criança não é mais vista como um ser passivo.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

Segundo Rau (2012, p. 16), “Atualmente a função social da escola não se restringe apenas a ensinar, mas é dela também a tarefa de sistematizar os conhecimentos construídos historicamente pelo homem e suas relações com o meio”.

Desse modo, a escola se torna uma segunda família, devendo cumprir a função social de ensinar e formar cidadãos.



Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/12392/peter-moss-o-encanto-das-criancas-nos-deixa-mais-humildes>. Acesso 06 mar. 2023.

Educar consiste, portanto, em dialogar com o conhecimento de mundo trazido pelas crianças. Esse conhecimento, a criança traz de casa e cabe ao educador conhecer e considerar as singularidades infantis, levando em consideração a faixa etária, a diversidade de hábitos, os costumes, os valores, as crenças, as etnias, entre outros aspectos.

A partir disso, o educador infantil deve adotar uma prática pedagógica que vá além dos cuidados; uma prática feita de interações, de afetos e de criatividade.

De acordo com Souza (2009), a família e a escola devem manter uma boa relação, pois ambas precisam estar presentes no trabalho educativo.

Trata-se de uma ação conjunta, orientando e discutindo sobre variados assuntos que se definem por meio de ações, que podem proporcionar o bom desenvolvimento e o bom desempenho social e escolar da criança.

A Educação Infantil é a primeira modalidade da educação básica, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 que traz, por finalidade, “o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

Em 1998, surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), referente às creches, às entidades equivalentes e às pré-escolas. Esse documento é uma referência para a

estruturação do currículo, de caráter nacional, para a Educação Infantil.

Essa primeira modalidade da Educação Básica compreende as faixas etárias de crianças com idades de 0 a 5 anos, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos ao controle social.

Ela é ofertada em estabelecimentos educacionais públicos ou privados, subdividindo-se em berçário, maternal e pré-escola e pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

A partir da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, são fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que se articulam às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Essas diretrizes têm, como finalidade, orientar as políticas públicas, a elaboração, o planejamento, a execução e a avaliação de propostas pedagógicas curriculares da Educação Infantil. De acordo com o parecer CNE/CEB nº 22/1998, as Diretrizes devem:

Promover em suas práticas de educação e cuidados a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguístico e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível (Rau, 2012, p. 33).

Desse modo, de acordo com Rau (2012, p. 34), o educador infantil deve “articular educação e cuidado considerando o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia”.

Outra questão abordada nas diretrizes é a questão da avaliação. Ela não deve servir apenas para a promoção às séries posteriores, mas deve promover estratégias avaliativas, por parte dos educadores, bem como servir de meio para acompanhar e registrar as atividades dos educandos.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (Brasil, 2010, p. 18).

Desde a implementação da DCNEI, discussões ocorreram sobre como orientar o trabalho junto às crianças em creches e como assegurar práticas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de forma que não se antecipem os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Fundamental I.

Segundo Piaget, “a evolução do conhecimento é um processo contínuo, construído a partir da interação ativa do sujeito com o meio (físico e social)” (Nunes; Silveira, 2008, p. 82).

Nessa perspectiva, “o professor assume o papel de mediador, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens, sempre valorizando e respeitando o contexto em que seu aluno está inserido” (Brasil, 2010, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, a proposta pedagógica, na Educação Infantil, deve considerar a criança como um ser histórico e social, refletindo sobre o planejamento de um currículo estimulante e dinamizador que contemple a linguagem, as ciências, o pensamento lógico matemático, as artes e o desenvolvimento físico, motor, social e afetivo da criança.

Portanto, a família, primeira educadora da criança, deve assisti-la a fim de construir os pilares da sua educação.

Para que isso ocorra, a equipe gestora da escola exerce papel fundamental, tomando medidas que promovam a interação entre a família e a escola, cabendo ao coordenador pedagógico elaborar estratégias que envolvam a comunidade e o corpo escolar.

Nesse sentido, é a ação conjunta entre a família e a escola que contribuirá para o desenvolvimento e para a aprendizagem da criança.

Desse modo, concluímos que a criança é um ser moldável, pois sofre influência do meio em que vive. Na Contemporaneidade, a criança deve ser compreendida como um sujeito social, sujeito histórico e de direitos, que se constrói nas interações, relações e práticas cotidianas as quais vivencia em família e na escola.

Nesse sentido, o papel da família e da escola é indispensável na formação das crianças, pois será na prática de educação, nos cuidados e na integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguístico e sociais que a criança desenvolverá a sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. P. de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas Institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, M. G. **A construção social da infância**. In: _____. **Infância na ciranda da educação: uma política pedagógica para zero a seis anos**. Belo Horizonte: Cape, 1994, p. 11-17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2017.

BROUGÉRE. G. **Brinquedo e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

DAMAZIO, R. L. **O que é criança**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas**. Revista Educação, v. 26, nº 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/3680/2078>. Acesso 06 mar. 2023.

NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. Fortaleza: Liber Livro, 2008. (Série Formar).

OLIVEIRA, E. **Conceito de infância**. Infoescola. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/conceito-de-infancia/>. Acesso 06 mar. 2023.

RAU, M. C. T. D. **Educação Infantil. Práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SOUZA, M. E. P. **Família/Escola: a importância dessa relação no desenvolvimento escolar.** 2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, 2009.